

MERCADO DE TRABALHO

Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD contínua do quarto trimestre de 2021

Sumário

Os impactos iniciais da pandemia sobre o mercado de trabalho causaram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. No quarto trimestre de 2021, por sua vez, os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 10,7% em comparação com o mesmo trimestre de 2020, intensificando uma retração que havia se iniciado no trimestre terminado em abril. À medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho, o rendimento habitual médio foi se reduzindo, saindo de um pico de R\$2.857 no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 para R\$ 2.447 no último trimestre de 2021. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual indica o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho. Apesar de parte de tal movimento ser apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, a renda habitual encontra-se abaixo dos níveis observados antes da pandemia. De fato, a renda média habitual real de R\$ 2.447 é a menor registrada na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua.

A partir do trimestre móvel iniciado em abril do ano passado, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. Os resultados mais recentes da PNAD Contínua confirmaram a deterioração da renda média. Enquanto que o crescimento interanual da renda efetiva cresceu 1% ao fim do segundo trimestre de 2021, sinalizando uma recuperação em comparação ao pior momento da pandemia, durante o terceiro trimestre a queda da renda efetiva média foi de 6,1%. E no último trimestre de 2021, a renda efetiva caiu 8,5%, se aproximando ainda mais da queda da renda habitual. E na comparação com o quarto trimestre de 2019, a queda da renda efetiva foi de 9,4%.

Esse padrão se repetiu para trabalhadores com diferentes grupos demográficos, tendo a maior parte apresentada uma elevação da renda efetiva e queda da renda habitual. No entanto, analisando por tipo de vínculo, revela-se que o pior impacto da queda nos rendimentos no quarto trimestre de 2021 foi encontrado nos trabalhadores do setor público, com quedas da renda habitual e efetiva de 10,5% e 9,6%, respectivamente. No entanto, os empregados do setor privado (com carteira ou sem carteira) também apresentaram forte quedas nos rendimentos, indicando que, com o nível de ociosidade da força de trabalho ainda elevado e a inflação mais alta, os empregados encontraram dificuldade em negociar reposições salariais ao longo de 2021, apesar da recuperação do crescimento observada no ano.

Sandro Sacchet de Carvalho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

sandro.carvalho@ipea.gov.br

Divulgado em 14 de março de 2022.

Os trabalhadores por conta própria, que de modo geral haviam sido os mais atingidos pela pandemia, mostraram um crescimento da renda efetiva nos últimos dois trimestres, mostrando terem se recuperado do impacto que sofreram no mesmo período em 2020. E, apesar de também mostrarem uma queda da renda habitual no quarto trimestre de 2021 (4,5%), os trabalhadores por conta própria foram os únicos que conseguiram alguma defesa parcial da renda.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, apesar da relativa queda dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a parcial recuperação da população ocupada mitigou o impacto negativo na massa salarial real habitual. No quarto trimestre de 2021, a queda da massa habitual foi de 1,8% (somando R\$ 229,4 bilhões, valor R\$ 4,1 bilhão menor que no ano anterior) e houve um crescimento de 0,7% em comparação com o ano anterior, totalizando R\$ 236 bilhões.

Outro importante efeito da pandemia foi o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,3% no primeiro trimestre de 2020 para 28,5% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho recuou para 22,2% no quarto trimestre de 2021, aproximando-se dos patamares anteriores a pandemia (média de 21,5% em 2019).

Após um pico observado no terceiro trimestre de 2020 causado pela saída de trabalhadores menos qualificados do mercado de trabalho no início da pandemia, a desigualdade de renda medida pelo índice de Gini tem recuado desde então, alcançando o valor de 0,490 no quarto trimestre de 2021 (contra 0,507 no terceiro trimestre de 2020). A queda da desigualdade tem ocorrido justamente por uma maior queda da desigualdade entre os trabalhadores do setor privado sem carteira.

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos. Também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas que, durante 2020, manteve-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, que alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e entre trabalhadores do setor público informais (72%). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostrava diferenças significativas, o que se manteve ao longo de todo ano de 2021, mostrando que a segunda onda da pandemia não causou novos impactos sobre as horas trabalhadas.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente ao maior afastamento do trabalho devido à pandemia. É possível detectar um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre daquele ano, o afastamento da ocupação atinge 15,9% dos trabalhadores, afetando mais de 13 milhões. Da mesma forma que com as horas trabalhadas, no quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, o que também se confirmou ao longo de todo ano de 2021.

1 Renda média e massa salarial

A pandemia de covid-19 causou profundos impactos no mercado de trabalho, especialmente no nível de ocupação, mas afetou também os rendimentos do trabalho e as horas trabalhadas daqueles que permaneceram ocupados. Os impactos imediatos sobre os rendimentos, bem como a importância do Auxílio Emergencial,

foram analisados com os dados da PNAD Covid-19,¹ que mostraram um descolamento da renda efetiva do trabalho da renda habitual. Tal descolamento também foi observado na PNAD Contínua, levando a que se deva considerar com mais atenção a renda efetiva para se avaliar a conjuntura dos rendimentos ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Os dados do último trimestre de 2021 confirmam que a reaproximação da renda efetiva em relação à habitual já se encontra completada, restando apenas pequenas diferenças entre os trabalhadores informais. Contudo, nos dois trimestres anteriores, visto que na comparação interanual da renda estávamos comparando com o pior período relativo ao mercado de trabalho durante a pandemia (segundo e terceiro trimestres de 2020), o desempenho da renda efetiva era superior ao da renda habitual. Neste trimestre, já se observa uma queda da renda efetiva semelhante a queda da renda habitual.

Os rendimentos habituais reais médios apresentaram uma queda de 10,7% no quarto trimestre de 2021 em comparação com o mesmo trimestre de 2020, sendo o quarto trimestre móvel consecutivo com uma queda acima de 10%. Parte desse movimento ainda é apenas o inverso (um ano depois) do observado no início da pandemia quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado, atingindo um crescimento interanual de 8,2% no trimestre móvel entre maio e julho de 2020, tendo desacelerado após o terceiro trimestre, mas ainda assim apresentado um crescimento de 2,5% no quarto trimestre de 2020.

Tal resultado foi gerado por um efeito composição advindo de duas fontes. Primeiro, essa elevação da renda habitual média se deve ao fato de que a perda de ocupações se concentrou nas piores remuneradas, nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria, de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se ter em mente que, após o segundo trimestre de 2020, a PNAD Contínua realizava suas entrevistas por telefone, o que causou um aumento da não resposta na pesquisa. E na medida em que tais impactos não sejam aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.²

Por sua vez, à medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho,³ o rendimento habitual médio foi se reduzindo, saindo de um pico de R\$ 2.857 no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 para R\$ 2.447 no último trimestre de 2021, como mostra o gráfico 1. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual indica o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho. Contudo, percebe-se que esse retorno aos movimentos habituais do mercado de trabalho ocorre em um nível de renda inferior ao observado anteriormente à pandemia. De fato, o rendimento médio real de R\$ 2.447 observado no quarto trimestre de 2021 é o menor observado na série histórica da PNAD Contínua.

A piora da renda no quarto trimestre de 2021 é confirmada pela análise da renda efetiva. No gráfico 2 mostra-se a taxa de variação interanual do rendimento efetivo médio e a razão de rendimentos entre a renda efetiva e a habitual entre 2017 e o segundo trimestre de 2021. O crescimento da renda efetiva interanual entre 2017 e 2019 seguia de perto o crescimento da renda habitual, oscilando em torno de 1%. A partir do trimestre móvel iniciado em abril de 2020, a renda efetiva apresentou consecutivas quedas, apenas se recuperando após setembro. O crescimento interanual da renda efetiva cresceu 1% ao fim do segundo trimestre de 2021. Porém, no

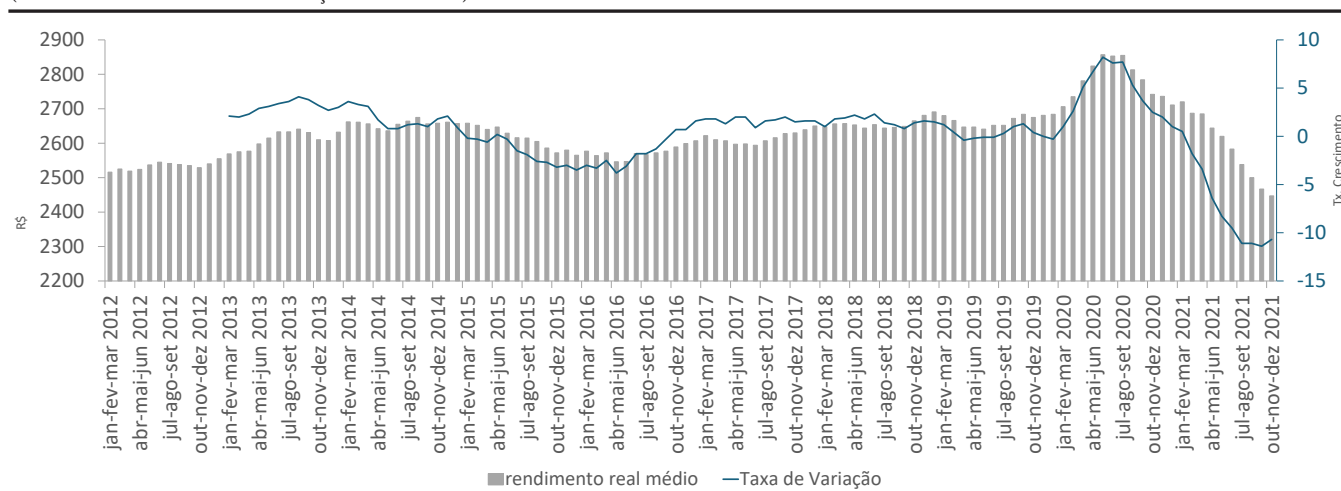
1. Ver, por exemplo: <https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf>, <https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/conjuntura/200724_cc48_mt_final.pdf>, <https://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_agosto.pdf>, e <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/01/os-efeitos-da-pandemia-sobre-os-rendimentos-do-trabalho-e-o-impacto-do-auxilio-emergencial-os-resultados-dos-microdados-da-pnad-covid-19-de-novembro/>>.

2. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/03/a-reducao-no-numero-de-entrevistas-na-pnad-continua-durante-a-pandemia-e-sua-influencia-para-a-evolucao-do-emprego-formal/>>.

3. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho estão disponíveis em: <<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>>.

terceiro trimestre de 2021, a renda efetiva caiu 6,1% em comparação com o mesmo trimestre de 2020 (contra queda de 11,1% da renda habitual neste mesmo trimestre). No último trimestre de 2021, a renda efetiva caiu 8,5%, se aproximando ainda mais da queda da renda habitual. E na comparação com o quarto trimestre de 2019, a queda da renda efetiva caiu 9,4%, sinalizando que a atual queda dos rendimentos não pode ser considerada apenas um efeito do retorno dos trabalhadores de menor renda à ocupação.

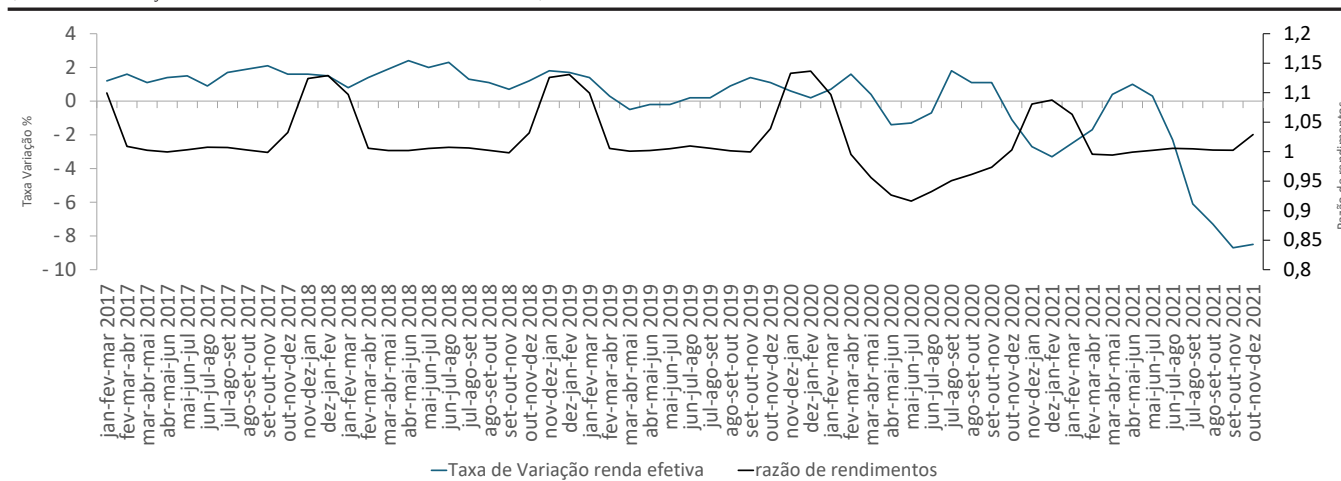
GRÁFICO 1
PNAD Contínua: rendimento habitual médio
 (Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Como mostra o gráfico 2, a partir do trimestre terminado em abril de 2021, a renda efetiva sempre alcançou em média 99% da renda habitual, sinalizando que o descolamento entre as séries parece ter chegado ao fim no segundo trimestre de 2021, o que se confirmou nos últimos dois trimestres.

GRÁFICO 2
PNAD Contínua: rendimento efetivo médio
 (Taxa de variação interanual e razão de rendimentos)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Evidências adicionais do fenômeno analisado são apresentadas no gráfico 3. Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que os trabalhadores do setor público foram os únicos que apresentaram decréscimo real de rendimentos habituais médios no início da pandemia (até o trimestre móvel terminado em maio), e esse foi justamente o único tipo de vínculo no qual a população ocupada cresceu durante esse período. Destacam-se os trabalhadores sem carteira, cujos rendimentos médios apontaram aumento de até 15,5% na comparação interanual (trimestre móvel terminado em setembro). Os rendimentos habituais médios dos trabalhadores por conta própria também subiram significativamente, seguido em menor medida pelos trabalhadores privados com carteira.

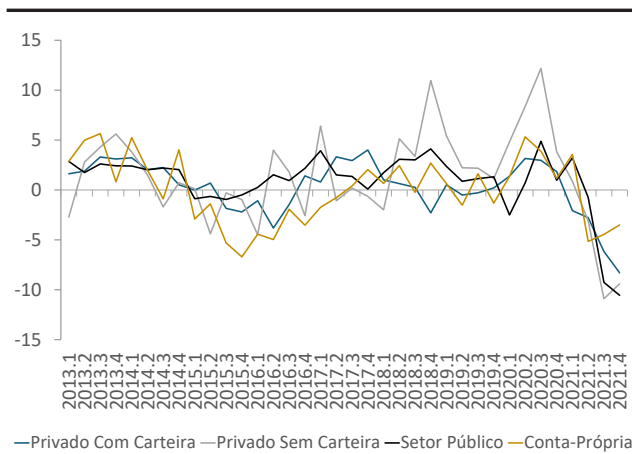
Esse padrão reforça a noção que, no início da pandemia, os trabalhadores mais vulneráveis se ausentaram do mercado de trabalho, causando, por meio do efeito composição, o forte aumento da renda habitual dos trabalhadores privados sem carteira e por conta própria. Todavia, os trabalhadores com maior grau de estabilidade e segurança, notadamente aqueles do setor público, foram os quais a renda habitual apresentou queda no início da pandemia e posteriormente menor crescimento.

Contudo, a partir do segundo trimestre de 2021 houve uma queda crescente da renda habitual para todos os tipos de vínculo. Os trabalhadores sem carteira e do setor público fecharam o quarto trimestre de 2021 com quedas de 9,4% e 10,5% respectivamente. Os trabalhadores privados com carteira tiveram uma queda na renda habitual de 8,3% e os trabalhadores por conta própria, de 3,5%.

Na tabela 1 mostra-se, por tipo de vínculo, as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual, bem como a razão de rendimentos para o ano de 2020 e 2021. Conforme os dados da PNAD Covid-19 já indicavam, foram os trabalhadores por conta própria que tiveram o maior impacto em suas rendas. Enquanto que para esses trabalhadores a renda habitual crescera 5,3% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a renda efetiva apresentara uma queda de 16,6%. Da mesma forma, no segundo e terceiro trimestres de 2021, esses trabalhadores apresentaram um crescimento de 17,3% e 8,6% da renda efetiva, respectivamente, mostrando uma recuperação em relação aos níveis anteriores da pandemia. Além disso, foram os únicos a apresentarem um aumento da renda efetiva no quarto trimestre de 2021 (2,7%). As demais posições na ocupação mostraram também uma forte queda da renda efetiva no último trimestre de 2021, aproximando-se da queda observada na renda habitual. Esses dados revelam que apenas os trabalhadores por conta própria conseguiram proteger parcialmente seus rendimentos da aceleração da inflação. As demais posições, na condição de empregados, aparentemente não encontraram espaço para negociações de reposições salariais ao longo de 2021.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que o padrão já observado também é notado independentemente do grupo analisado, conforme detalha a tabela 2, que mostra o crescimento interanual dos rendimentos médios habituais em 2020 e no primeiro trimestre de 2021 para diferentes grupos demográficos e uma queda após o segundo trimestre.

GRÁFICO 3
PNAD Contínua: rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo
 (Taxa de variação interanual – em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1

PNAD Contínua: taxa de crescimento do rendimento médio real efetivo e habitual, e razão de rendimentos - por tipo de vínculo

(Taxa de variação interanual – em %)

	Privado com carteira	Privado sem carteira	Setor público	Conta-própria
Painel A: Crescimento interanual da renda habitual				
2020.1	1,4	4,8	-2,5	1,4
2020.2	3,2	8,4	0,7	5,3
2020.3	3,0	12,2	4,9	3,9
2020.4	1,8	3,8	1,0	1,2
2021.1	-2,1	0,9	3,2	3,6
2021.2	-2,8	-3,1	-0,8	-5,2
2021.3	-6,2	-10,9	-9,3	-4,5
2021.4	-8,3	-9,4	-10,5	-3,5
Painel B: Crescimento interanual da renda efetiva				
2020.1	0,4	5,3	-1,7	1,5
2020.2	0,4	-2,0	0,1	-16,6
2020.3	0,4	3,8	3,2	-10,2
2020.4	-1,3	1,5	-0,4	-5,9
2021.1	-5,3	-1,2	0,4	0,5
2021.2	0,3	6,2	0,6	17,3
2021.3	-3,2	-4,0	-7,3	8,6
2021.4	-6,6	-7,6	-9,6	2,7
Painel C: Razão de rendimentos				
2020.1	1,19	1,00	1,17	0,96
2020.2	1,00	0,88	1,01	0,77
2020.3	1,00	0,90	1,03	0,84
2020.4	1,06	0,96	1,05	0,90
2021.1	1,15	0,98	1,14	0,93
2021.2	1,03	0,96	1,03	0,95
2021.3	1,03	0,97	1,05	0,95
2021.4	1,08	0,98	1,06	0,96

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em termos regionais, a renda efetiva manteve-se em queda constante após o primeiro trimestre de 2020 no Nordeste, indicando ter sido a região com a renda mais afetada pela pandemia. Entretanto, no último trimestre de 2021 foram as regiões Sul e Sudeste que apresentaram as maiores quedas na renda efetiva e habitual, sendo o Centro-Oeste a região que apresentou uma menor queda da renda efetiva (5,5%).

O corte por gênero revela que os rendimentos efetivos recebidos pelas mulheres se recuperaram de forma mais rápida e foram um dos únicos grupos a mostrar crescimento da renda efetiva no primeiro e segundo trimestres de 2021 (0,2% e 1,3% respectivamente), enquanto que os homens apresentaram uma queda de 4,5% no mesmo trimestre. Porém, nos dois últimos trimestres, a queda da renda efetiva entre as mulheres foi superior ao dos homens (6,3% contra 5,7% no terceiro trimestre e 9% contra 7,9% no quarto).

O detalhamento por idade indica que a renda dos jovens adultos (de 25 a 39 anos) foi a menos atingida nos últimos trimestres (após ter sido o grupo etário mais atingido no início da pandemia), alcançando um crescimento de 1,8% no terceiro trimestre de 2021 e queda de 0,7% no quarto. Destaca-se ainda o resultado dos rendimentos dos ocupados com 60 anos ou mais, que apresentaram uma queda de quase 9% no terceiro trimestre de 2021 e quase 10% no último trimestre de 2021. Ressalta-se também que, no quarto trimestre de 2021, as quedas da renda efetiva foram generalizadas, tendo sido mais intensa entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade.

TABELA 2

PNAD Contínua: crescimento interanual do rendimento médio real por dados desagregados, habitual e efetivo (2020-1º trim./2021)

(Taxa de variação interanual – em %)

	Renda habitual						Renda efetiva					
	3º T./2020	4º T./2020	1º T./2021	2º T./2021	3º T./2021	4º T./2021	3º T./2020	4º T./2020	1º T./2021	2º T./2021	3º T./2021	4º T./2021
Centro-oeste	5,8	1,8	1,2	-2,0	-8,2	-6,9	2,2	0,4	-0,8	3,5	-4,5	-5,5
Nordeste	4,9	-0,3	-3,3	-9,0	-9,3	-9,2	-1,1	-2,2	-7,5	-2,6	-3,7	-8,1
Norte	4,0	1,8	2,7	-10,3	-4,3	-7,5	0,6	0,8	-3,4	-4,3	-1,7	-7,9
Sudeste	10,0	3,4	-0,1	-6,7	-13,2	-12,5	3,3	-1,6	-1,9	1,5	-7,9	-9,2
Sul	4,3	3,4	4,3	-3,2	-8,5	-10,5	-1,3	0,7	-0,8	4,2	-3,3	-8,9
Masculino	5,8	1,2	-0,9	-6,8	-10,7	-10,2	0,0	-2,5	-4,5	0,7	-5,7	-7,9
Feminino	9,7	4,0	2,2	-5,7	-11,4	-11,1	3,8	0,7	0,2	1,3	-6,3	-9,0
14 a 24 anos	6,1	0,9	-0,5	0,7	-2,5	-2,8	1,7	-2,5	-2,9	7,2	1,8	-0,7
25 a 39 anos	3,7	-0,9	-3,4	-7,7	-8,7	-6,1	-1,3	-3,4	-6,8	-2,0	-4,6	-4,6
40 a 59 anos	7,6	3,4	1,3	-5,0	-12,1	-8,3	1,7	-0,4	-1,7	3,8	-6,8	-5,5
60 anos ou mais	17,1	5,8	8,2	-8,3	-17,7	-14,1	5,8	-1,6	6,6	0,3	-8,9	-9,9
Não chefe família	6,3	0,5	-0,9	-8,0	-10,4	-8,8	0,9	-2,6	-4,1	-2,1	-5,8	-7,1
Chefe família	8,3	3,7	1,2	-4,9	-11,2	-11,7	2,0	-0,2	-1,7	3,8	-5,7	-8,9
Fundamental incompleto	4,0	1,8	-2,0	-4,2	-4,2	-5,2	-2,4	-1,9	-6,3	8,5	1,8	-3,5
Fundamental completo	3,6	1,0	2,1	-7,8	-6,9	-4,7	-2,4	-2,7	-5,6	1,9	-1,7	-2,0
Médio incompleto	3,5	-1,3	-0,9	-7,7	-7,4	-3,3	-2,6	-5,1	-5,1	2,5	-1,7	-1,4
Médio completo	0,8	-3,7	-4,7	-7,7	-8,2	-5,5	-4,8	-7,3	-8,0	0,2	-3,7	-3,5
Superior	1,8	-3,8	-3,5	-5,3	-10,2	-9,9	-3,8	-7,0	-5,9	0,6	-4,7	-7,0
Não região metropolitana	7,7	4,1	1,1	-5,8	-10,3	-9,9	3,3	1,1	-2,6	1,7	-6,6	-8,6
Região metropolitana	8,2	1,7	0,2	-7,5	-12,1	-12,0	0,9	-2,3	-2,3	-0,3	-5,9	-8,9

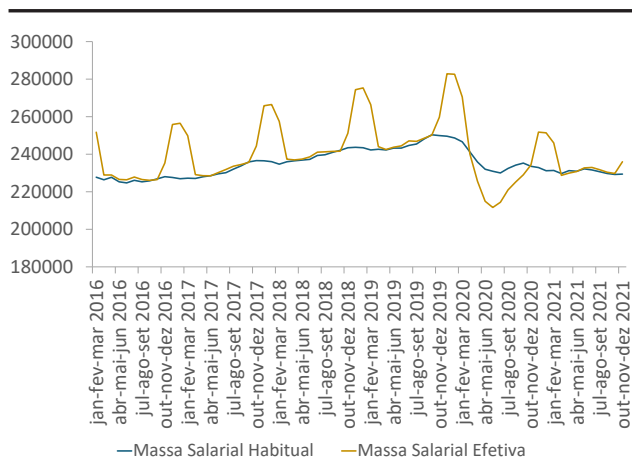
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro do contexto dos efeitos da pandemia, enquanto se obtinha um relativo aumento dos rendimentos habituais médios observadas nos últimos meses, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual, resultado oposto do observado em 2019, em que a elevação da população ocupada elevava a massa salarial, apesar da estagnação da renda média. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara uma queda de 0,6%. Desde então, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, no terceiro trimestre de 2021, quando os rendimentos habituais médios apresentaram forte queda, a massa habitual caiu apenas 0,8% (somando R\$ 230,7 bilhões, valor R\$ 1,8 bilhão menor que no ano anterior). No último trimestre de 2021, a queda da massa habitual foi de 1,8% (somando R\$ 229,4 bilhões, valor R\$ 4,1 bilhão menor que no ano anterior).

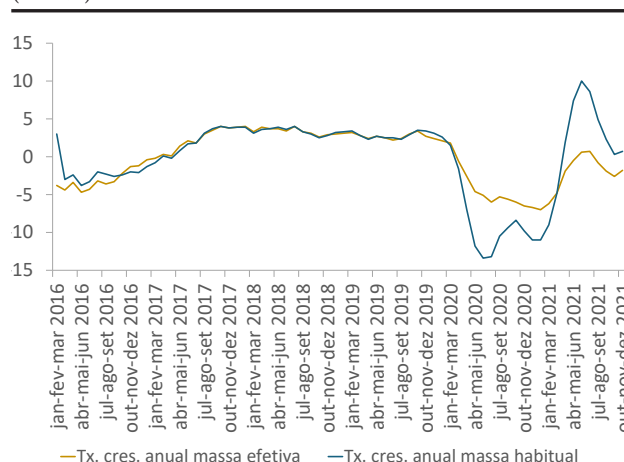
Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No terceiro trimestre de 2021 houve um crescimento de 4,9% (alcançando a soma de R\$ 231,7 bilhões, valor R\$ 10,4 bilhões maior que no ano anterior), e no último trimestre de 2021 houve um crescimento de 0,7%, mostrando uma parcial recuperação da população ocupada em comparação com o pior momento da pandemia no mercado de trabalho. Contudo, o gráfico 4 é claro em mostrar que a massa salarial se encontra ainda bastante abaixo dos níveis de 2019.

GRÁFICO 4
Massa salarial real, habitual e efetiva
(Valor absoluto, em R\$ mil)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 5
Taxa de variação interanual da massa salarial real, habitual e efetiva
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Rendimentos por faixa de renda e desigualdade salarial

Um indicador muito utilizado para inferir sobre o bem-estar dos trabalhadores é o seu rendimento. Para que a evolução do rendimento reflita a variação do poder de compra do trabalhador, costuma-se deflacionar os dados de rendimento usando índices de preço ao consumidor que reflitam a variação do poder de compra. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda mostra que a evolução dos índices de preço pode variar por períodos consideráveis de tempo, quando se leva em consideração padrões distintos de consumo por faixa de renda. No anexo detalhamos as faixas de renda e a distribuição dos domicílios entre elas.

Na tabela 3 mostra-se o crescimento anual da renda do trabalho habitual domiciliar por faixa de renda. Os valores dos rendimentos médios individuais e domiciliares por faixa de renda são mostrados no apêndice. Os dados revelam que foram os domicílios de renda mais baixa que apresentaram maior crescimento na renda domiciliar habitual ao longo do ano de 2020, o que reflete a maior proporção de trabalhadores informais nessas faixas de renda, enquanto que foram os domicílios de renda alta que sofreram a maior redução proporcional na renda domiciliar do trabalho ao longo de 2021. No quarto trimestre de 2021, porém, foram novamente os domicílios de renda mais baixa os que obtiveram uma maior queda da renda habitual (3,16%), enquanto que foram as faixas de renda mais alta (faixas 5 e 6) as que apresentaram uma menor queda, 1,7% e 1,27% respectivamente.

O impacto da pandemia sobre a renda domiciliar do trabalho fica mais claro com os dados da tabela 4, que mostram a proporção dos domicílios por faixa de renda calculado de acordo com a renda efetiva do trabalho e a taxa de crescimento interanual dos rendimentos domiciliares efetivos do trabalho em 2020 e em 2021. O que mais chama a atenção na tabela é o aumento da proporção de domicílios sem renda do trabalho devido à pandemia, que saltou de 22,35% no primeiro trimestre para 28,55% no segundo. A proporção de domicílios sem renda do trabalho ainda apresentou uma estabilidade entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, reforçando como havia sido lenta a recuperação do nível de ocupação aos patamares anteriores à pandemia. No segundo trimestre de 2021, a proporção de domicílios sem renda do trabalho caiu para 24,5%. E no quarto trimestre já se reduzira a 22,2%, aproximando-se dos patamares que se observava em 2019 antes da pandemia (cerca de 21,5%).

TABELA 3

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda
(Taxa de variação interanual – em % - deflator Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda)

Trimestre	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2016.1	-2,30	1,74	1,44	0,38	1,14	1,65
2016.2	-2,76	0,29	1,76	0,02	-0,17	-3,59
2016.3	-2,96	-2,06	-0,19	0,28	0,32	-4,83
2016.4	-1,58	-1,02	0,74	1,20	0,71	-1,00
2017.1	-1,93	-1,64	-0,78	-1,30	-1,58	-4,82
2017.2	4,71	2,70	-0,40	-0,67	2,05	4,39
2017.3	4,96	2,40	-1,02	-0,58	2,23	9,24
2017.4	5,32	1,89	-0,96	-0,71	2,38	6,98
2018.1	4,70	2,96	-0,19	-0,48	1,76	8,18
2018.2	-1,72	-1,14	-0,28	-0,56	-1,88	1,61
2018.3	-2,45	-1,91	-0,83	-0,66	-2,95	1,44
2018.4	0,10	0,15	1,80	4,65	2,26	1,80
2019.1	0,32	0,41	2,14	4,91	2,64	1,62
2019.2	-0,73	0,09	1,24	3,25	2,11	2,15
2019.3	-0,11	0,73	2,27	4,49	2,99	0,34
2019.4	-1,83	-1,06	-1,08	-1,85	-1,97	-1,67
2020.1	-1,71	0,34	0,96	-1,49	-1,77	-3,27
2020.2	3,57	-1,61	-1,06	-0,81	-1,20	-2,65
2020.3	2,50	-2,23	-2,35	-2,13	-1,29	-1,83
2020.4	-0,17	-0,75	-0,50	-2,19	-2,08	-6,97
2021.1	-0,70	-3,45	-3,94	-2,76	-1,85	-2,44
2021.2	-5,72	-0,75	-0,87	-2,78	-2,47	-6,99
2021.3	-3,07	-0,11	-0,60	-1,11	-0,20	-5,78
2021.4	-3,16	-2,23	-2,48	-1,78	-1,70	-1,27

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 4

PNAD Contínua: crescimento do rendimento médio efetivo real domiciliar e proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho (2020-2021)

	Faixa de renda						
	Sem renda	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
Painel A: Proporção de domicílios por faixa de renda do trabalho efetiva (em %)							
2020.1	22,35	26,26	12,87	15,77	14,18	5,81	2,76
2020.2	28,55	28,04	10,54	14,99	11,32	4,51	2,05
2020.3	28,04	28,71	10,76	14,93	10,95	4,47	2,14
2020.4	25,58	27,62	12,69	14,86	11,94	4,96	2,36
2021.1	25,58	27,08	12,06	14,86	12,56	5,36	2,51
2021.2	24,45	28,76	12,85	14,7	12,1	5,00	2,14
2021.3	22,99	29,92	11,89	16,37	12	4,79	2,04
2021.4	22,22	28,87	12,73	16,31	12,88	4,99	1,99
Painel B: Crescimento interanual da renda domiciliar efetiva do trabalho (em %)							
2020.1	---	-2,61	-0,02	0,50	-1,60	-1,71	-4,69
2020.2	---	0,26	-1,97	-1,86	-1,19	-1,96	-5,09
2020.3	---	0,77	-1,94	-2,28	-2,11	-1,51	-4,42
2020.4	---	-1,10	-0,37	-0,32	-2,01	-2,28	-8,23
2021.1	---	-0,75	-3,18	-3,51	-2,60	-1,90	-3,54
2021.2	---	-3,07	-0,09	0,11	-2,18	-1,49	-2,87
2021.3	---	-1,19	0,35	0,02	-0,02	1,00	-2,40
2021.4	---	-2,01	-2,29	-2,56	-1,65	-0,76	-0,25

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

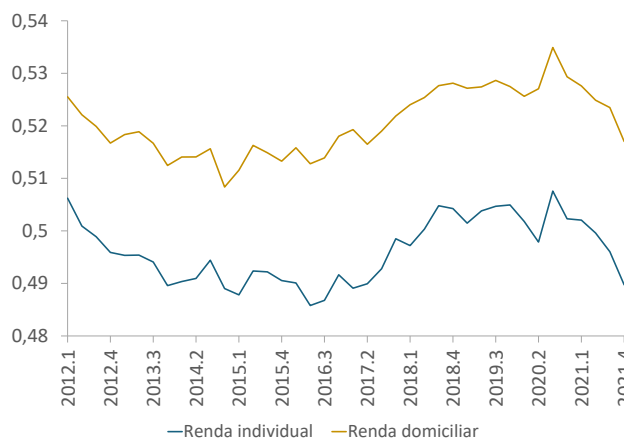
Houve também um aumento da proporção de domicílios na faixa de renda muito baixa e média-baixa (faixas 1 e 3), e uma diminuição da proporção nas demais faixas. No painel B mostra-se que o desempenho da renda domiciliar efetiva foi pior na faixa de renda baixa e média-baixa (faixas 2 e 3), com quedas de 2,3% e 2,6% respectivamente.

O gráfico 6 mostra a evolução do índice de Gini das rendas individuais e domiciliares do trabalho habituais. Comparado ao menor valor observado pela PNAD Contínua, o índice de Gini da renda domiciliar do trabalho subiu cerca de 0,508 no quarto trimestre de 2014 para 0,535 no terceiro trimestre de 2020. No caso da renda individual, o índice subiu de 0,486 no segundo trimestre de 2016 para 0,508 no terceiro trimestre de 2020. Após o pico de desigualdade causado pela pandemia, o índice se reduziu continuamente em 2021. No último trimestre de 2021, houve novamente um pequeno recuo da desigualdade em comparação ao trimestre anterior, tendo atingido 0,517 para a renda domiciliar. Analisando a desigualdade de acordo com a renda efetiva, a trajetória é semelhante.

De forma mais concreta, no quarto trimestre de 2021 a renda domiciliar do trabalho da faixa de renda alta (ver anexo) era 28,4 vezes maior que a da faixa de renda muito baixa, valor menor que no primeiro trimestre de 2021 (28,8), o que reflete a maior queda da renda entre os domicílios de renda mais alta observada na tabela 3 nos segundo e terceiro trimestre de 2021.

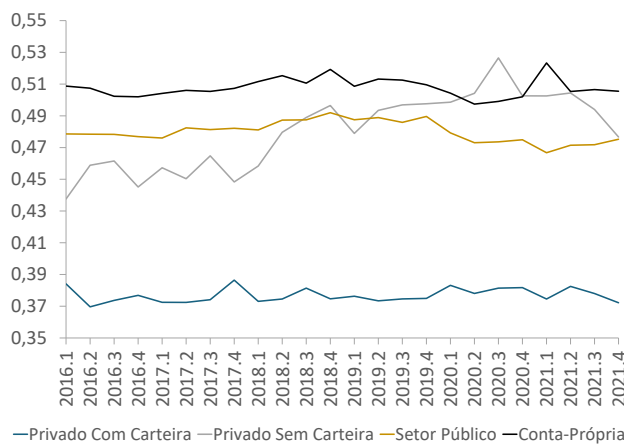
Os dados do gráfico 7 que mostram os índices de Gini por tipo de vínculo revelam que a trajetória do Gini durante a pandemia foi causada pelo comportamento dos trabalhadores sem carteira, com o índice para esse grupo saltando de 0,504 no primeiro trimestre de 2020 para 0,526 no terceiro trimestre, o que reflete a maior dificuldade dos trabalhadores mais vulneráveis desse grupo em permanecer no mercado de trabalho no início da pandemia. Os demais tipos de vínculo apresentaram relativa estabilidade ao longo de 2020, exceto no setor público, em que a desigualdade se reduziu após o primeiro trimestre de 2021 e estabilizado ao longo deste ano, fato explicado pela menor utilização de servidores temporários durante a pandemia (que são a maior parte de servidores sem vínculo captados pela PNAD Contínua). No entanto, o recuo da desigualdade no terceiro trimestre de 2021 foi causada pela queda da desigualdade entre os empregados no setor privado (com e sem carteira de trabalho assinada).

GRÁFICO 6
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos, renda individual e domiciliar: Índice de Gini



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 7
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos por tipo de vínculo: Índice de Gini



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

3 Horas trabalhadas e afastamento do trabalho

O impacto da pandemia no mercado de trabalho não ocorreu apenas sobre o nível de ocupação e os rendimentos: também foram detectadas significativas alterações no comportamento das horas trabalhadas e no afastamento do trabalho. Assim como no caso da renda, a relação entre as horas habitualmente trabalhadas e as efetivamente trabalhadas possuem uma relação bastante estável. As horas habitualmente trabalhadas têm, nos últimos anos, oscilado em torno de 39,5 horas semanais, e as horas efetivamente trabalhadas situam-se em torno de 38 horas semanais (cerca de 96% das horas habituais), exceto no primeiro trimestre, quando a proporção de trabalhadores afastados por férias é maior (ver tabela A.4 no apêndice), e, portanto, a média das horas efetivamente trabalhadas é um pouco menor.

A pandemia não afetou as horas habitualmente trabalhadas que, durante 2020, manteve-se em torno de 39,5 horas semanais. Contudo, já no primeiro trimestre de 2020, e sobretudo no segundo trimestre, observou-se uma forte queda nas horas efetivamente trabalhadas, conforme se nota na tabela 5, que mostra a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo para os anos de 2019 e 2020. A tabela revela que no segundo trimestre de 2020 as horas efetivas alcançaram apenas 78% das horas habituais, o que representa uma jornada semanal média efetiva de 30,7 horas. O impacto foi maior entre os trabalhadores por conta própria (73%) e entre trabalhadores do setor público sem carteira (72%). No terceiro trimestre já se observa uma recuperação das horas efetivas, que atingiu 92% das habituais (ou 36,2 horas). A comparação do quarto trimestre de 2020 com o mesmo trimestre do ano anterior já não mostra diferenças significativas. Por sua vez, os dados de 2021 mostram que as horas efetivamente trabalhadas não foram afetadas por novas ondas da pandemia, sendo que a razão entre as horas efetiva e habitualmente trabalhadas se encontram no mesmo nível dos trimestres de 2019 e superior aos mesmos trimestres de 2020. A tabela A.3 no apêndice mostra a razão entre as horas efetivas e habituais para diferentes grupos demográficos.

TABELA 5

PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por tipo de vínculo (2019-2021)

	2019				2020				2021			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Brasil	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97
Com carteira privado	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,95	0,96	0,96	0,97	0,97
Sem carteira privado	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,78	0,94	0,96	0,96	0,97	0,97	0,98
Estatutário/militar	0,89	0,95	0,94	0,94	0,84	0,76	0,89	0,92	0,92	0,95	0,96	0,96
Público CLT	0,90	0,94	0,93	0,93	0,83	0,76	0,89	0,93	0,92	0,97	0,96	0,96
Público sem vínculo	0,91	0,95	0,96	0,95	0,85	0,72	0,89	0,93	0,94	0,97	0,98	0,97
Empregador	0,95	0,97	0,98	0,97	0,90	0,77	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98	0,98
Conta-própria	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,73	0,90	0,94	0,93	0,95	0,96	0,97

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Esse impacto sobre as horas efetivamente trabalhadas foi causado principalmente ao maior afastamento do trabalho devido à pandemia. Se considerarmos apenas os ocupados que não estavam afastados, a razão entre as horas efetivas e habitualmente trabalhadas seria, no segundo trimestre de 2020, de 91,8%, valor significativamente menor que os 97,9% observados para o mesmo grupo no ano anterior, porém uma diferença bastante menos pronunciada que a observada na tabela 5. A tabela 6 mostra a proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo em 2019 e 2021.

A tabela já detecta um aumento do afastamento do trabalho no primeiro trimestre de 2020, especialmente entre trabalhadores do setor público. No segundo trimestre, o afastamento da ocupação atinge 15,9% dos trabalhadores, afetando mais de 13 milhões. Além do setor público, foram os trabalhadores por conta própria e os empregados privados sem carteira os mais atingidos. No quarto trimestre de 2020, a proporção de trabalhadores afastados já havia amplamente retornado aos patamares habituais, resultado que foi mantido nos trimestres de 2021, confirmando que as novas ondas da Covid-19 ao longo de 2021 não causaram um novo aumento do afastamento do trabalho.

Além disso, como mostra a tabela A.4 no apêndice, que reporta o motivo do afastamento, a pandemia deixa de ser a maior causa do afastamento do trabalho. Outros motivos, que captam todos os motivos de afastamento não especificados e, portanto, os causados pela pandemia (para os não infectados), ainda se encontram em patamares acima do que se observava antes de 2020, de acordo com a PNAD Contínua, mas está decrescendo rapidamente, se aproximando dos valores de 2019. Contudo, ainda também se observa um menor afastamento por férias que o habitual e um maior afastamento por licença médica, o que provavelmente pode ser explicado justamente pelos infectados com o coronavírus.

TABELA 6
PNAD Contínua: proporção de trabalhadores ocupados afastados do trabalho por tipo de vínculo (2019-2021)

	2019				2020				2021			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Brasil	3,84	2,05	2,57	2,53	6,62	15,88	4,18	2,72	3,31	2,27	1,99	1,84
Privado com carteira	4,04	2,54	3,11	3,04	6,47	14,64	4,65	3,25	3,62	2,89	2,64	2,43
Privado sem carteira	2,23	1,31	1,3	1,64	5,11	16,79	3,04	1,69	1,84	1,54	1,17	0,97
Estatuário/militar	9,05	3,5	5,72	4,8	12,62	19,83	7,76	5,38	6,73	3,51	4,02	3,84
Público CLT	7,58	2,57	5,88	4,81	12,89	17,05	5,22	3,21	5,7	2,86	3,95	3,72
Público sem vínculo	6,83	2,05	4,16	3,5	11,54	24,7	7,43	4,35	4,81	2,02	1,83	1,84
Empregador	2,67	1,04	1,25	1,65	5,98	11,75	2,01	1,64	2,59	1,64	0,62	0,52
Conta-própria	2,97	1,7	1,75	1,82	5,71	16,78	3,18	1,87	2,68	1,7	1,26	1,22

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

4 Considerações finais

Os dados da PNAD Contínua confirmaram que, no quarto trimestre de 2021, as horas efetivamente trabalhadas e a proporção de afastados do trabalho não foram afetados pelas novas ondas da pandemia. Contudo, foi observada uma deterioração dos rendimentos. Em que pese que a diferença entre a renda efetiva e habitual do trabalho já não se apresentarem significativas, o trimestre apresentou, assim como o trimestre anterior, forte queda da renda habitual e efetiva. Apesar de parte desse resultado ser consequência do retorno de trabalhadores menos qualificados ao mercado de trabalho, tanto as rendas efetivas quanto a habitual ainda estão abaixo dos níveis anteriores à pandemia, havendo uma queda da renda em comparação com o quarto trimestre de 2019. De fato, a renda média habitual real atingiu o menor valor histórico da série da PNAD Contínua. Os dados mostram que, com a lenta recuperação do emprego, os empregados (com carteira privado, sem carteira privado e do setor público) encontraram dificuldade em negociar reposições salariais ao longo de 2021, apesar da recuperação do crescimento observada no ano.

Os dados da PNAD Contínua apresentam, em linhas gerais, o mesmo quadro da PNAD Covid-19, ou seja, um forte impacto inicial da pandemia e uma lenta recuperação, que ainda se encontrava incompleta (especialmente se considerarmos também as informações sobre o nível de ocupação) ao final do ano, quando o país foi atingido

pelo início da segunda onda do Covid-19. No quarto trimestre de 2021, como mostra a redução da proporção de domicílios sem renda do trabalho, o nível de ocupação já se aproxima mais dos níveis anteriores à pandemia, entretanto, isso ocorre com um nível de renda médio menor. Os dados do próximo trimestre irão mostrar se o recrudescimento da pandemia causado pela variante Ômicron causaram algum impacto nos rendimentos e nas horas trabalhadas.

Apêndice

TABELA A.1

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real por faixa de renda

(Em reais de maio de 2021)

Trimestre	Renda média individual por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	918,3	1440,6	1841,0	2931,0	5798,5	14608,6
2012.2	918,9	1453,3	1851,9	2937,7	5879,4	14405,8
2012.3	925,2	1437,5	1840,8	2918,2	5785,5	14759,3
2012.4	931,6	1428,3	1851,4	2937,9	5822,6	14675,4
2013.1	938,0	1459,0	1885,7	2961,4	5902,0	14995,1
2013.2	936,0	1465,5	1883,3	2935,2	5837,3	15026,9
2013.3	943,5	1457,2	1888,1	2927,6	5786,8	14894,5
2013.4	929,9	1453,1	1894,6	2942,8	5724,2	14300,8
2014.1	1003,3	1482,8	1993,6	3003,1	5952,7	14944,7
2014.2	985,3	1472,1	1983,5	2973,7	5907,8	14932,0
2014.3	975,7	1472,3	1966,7	2973,2	5832,9	15110,5
2014.4	976,5	1472,5	1949,2	2990,2	5909,4	14776,9
2015.1	975,0	1480,9	1961,6	2980,4	5937,8	15159,7
2015.2	971,1	1441,7	1951,3	3010,0	5972,3	15706,3
2015.3	959,3	1547,7	1897,2	3006,8	5974,4	15386,4
2015.4	930,4	1524,9	1882,3	2978,4	5899,4	15171,8
2016.1	942,1	1525,7	1938,9	3039,6	6085,1	15380,4
2016.2	930,3	1516,6	1924,7	3029,3	6094,8	14894,2
2016.3	931,2	1521,6	1945,0	3009,3	6076,9	14811,6
2016.4	921,4	1518,4	1941,6	3030,3	6000,0	15020,8
2017.1	934,9	1549,0	1939,4	3034,3	6022,0	15013,1
2017.2	985,1	1503,6	1930,0	3029,1	6295,1	15543,4
2017.3	980,4	1486,7	1928,7	3012,1	6237,7	15659,0
2017.4	969,3	1481,5	1919,9	3006,4	6232,2	15948,8
2018.1	974,5	1511,7	1936,9	3034,7	6201,8	15674,6
2018.2	961,2	1502,2	1933,0	3027,0	6271,3	15713,8
2018.3	945,6	1475,8	1907,0	3013,6	6138,6	16202,8
2018.4	963,0	1472,1	1990,2	3127,2	6213,4	16163,2
2019.1	970,3	1504,2	2007,6	3134,4	6286,4	16293,9
2019.2	946,8	1473,0	1975,7	3060,4	6208,1	16371,0
2019.3	941,6	1471,7	1976,9	3076,0	6211,3	16229,5
2019.4	944,1	1463,8	1968,4	3049,5	6120,9	16441,8
2020.1	956,3	1567,6	1978,3	3088,4	6204,0	16185,4
2020.2	1015,6	1559,9	2087,2	3217,3	6428,2	16402,1
2020.3	1005,3	1545,1	2068,1	3182,6	6538,3	16541,4
2020.4	968,3	1578,9	1984,0	3103,5	6271,9	15477,8
2021.1	965,7	1553,7	1971,7	3132,8	6283,1	16196,5
2021.2	944,6	1523,2	1947,1	3070,5	6197,7	15362,0
2021.3	941,4	1466,6	1907,3	3025,6	6053,7	15382,5
2021.4	911,9	1422,1	1873,0	2967,7	5980,0	14721,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2

PNAD Contínua: rendimento médio habitual real domiciliar por faixa de renda
(Em R\$ maio/2021)

Trimestre	Renda média domiciliar por faixa de renda					
	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6
2012.1	1090,5	2360,8	3678,6	6506,6	12845,2	31564,3
2012.2	1088,9	2362,7	3698,9	6516,1	12877,1	31516,7
2012.3	1089,9	2337,5	3666,5	6477,6	12754,8	32039,4
2012.4	1096,8	2333,2	3636,6	6450,5	12871,1	32058,7
2013.1	1095,6	2339,4	3670,5	6442,6	12795,7	32072,9
2013.2	1092,1	2328,0	3651,1	6424,4	12737,3	32244,4
2013.3	1098,8	2311,8	3633,9	6389,1	12691,0	31710,7
2013.4	1085,4	2288,4	3612,4	6387,9	12615,9	30891,8
2014.1	1156,8	2392,3	3736,1	6669,7	13146,9	31925,4
2014.2	1141,1	2367,2	3697,2	6595,2	12988,6	31967,7
2014.3	1133,8	2352,6	3677,3	6555,7	12903,9	31896,3
2014.4	1131,3	2332,1	3656,6	6544,8	12865,6	31072,7
2015.1	1121,0	2314,3	3639,0	6491,7	12674,7	31528,8
2015.2	1117,9	2323,4	3610,6	6491,7	12804,5	32207,4
2015.3	1112,0	2382,1	3696,5	6434,9	12683,1	31552,7
2015.4	1086,1	2347,4	3658,2	6395,0	12562,3	31215,0
2016.1	1095,2	2354,6	3691,3	6516,6	12818,6	32050,4
2016.2	1087,1	2330,1	3674,2	6493,1	12782,9	31050,4
2016.3	1079,1	2333,1	3689,6	6452,9	12723,4	30028,8
2016.4	1069,0	2323,4	3685,1	6471,9	12651,9	30902,4
2017.1	1074,1	2316,0	3662,6	6431,7	12616,6	30507,1
2017.2	1138,3	2392,9	3659,6	6449,5	13044,5	32414,7
2017.3	1132,6	2389,2	3651,8	6415,6	13007,2	32804,3
2017.4	1125,9	2367,3	3649,9	6426,1	12952,7	33058,2
2018.1	1124,6	2384,5	3655,6	6400,7	12838,8	33001,5
2018.2	1118,6	2365,7	3649,4	6413,5	12799,4	32936,8
2018.3	1104,9	2343,6	3621,6	6373,5	12623,5	33275,8
2018.4	1127,0	2370,7	3715,6	6724,9	13245,3	33654,8
2019.1	1128,2	2394,4	3733,8	6714,6	13177,9	33535,6
2019.2	1110,4	2367,7	3694,8	6621,6	13070,1	33643,8
2019.3	1103,6	2360,6	3703,9	6659,5	13001,5	33388,5
2019.4	1106,4	2345,5	3675,5	6600,1	12984,6	33093,9
2020.1	1108,9	2402,4	3769,7	6614,5	12944,7	32440,4
2020.2	1150,1	2329,7	3655,8	6568,1	12912,8	32751,4
2020.3	1131,1	2308,0	3617,0	6517,9	12833,3	32776,4
2020.4	1104,5	2328,0	3657,2	6455,6	12714,1	30787,2
2021.1	1101,2	2319,6	3621,3	6431,9	12705,3	31648,3
2021.2	1084,3	2312,2	3624,0	6385,6	12593,5	30461,2
2021.3	1096,4	2305,5	3595,2	6445,4	12807,6	30882,0
2021.4	1069,6	2276,0	3566,6	6340,7	12497,8	30395,5

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.3

PNAD Contínua: razão entre horas efetiva e habitualmente trabalhadas por grupo demográfico (2019-2021)

	2019				2020				2021			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Centro-oeste	0,94	0,96	0,97	0,96	0,93	0,84	0,94	0,96	0,96	0,97	0,98	0,97
Nordeste	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,75	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97
Norte	0,96	0,97	0,97	0,97	0,93	0,79	0,93	0,96	0,95	0,97	0,98	0,98
Sudeste	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,76	0,91	0,94	0,94	0,95	0,97	0,96
Sul	0,94	0,97	0,97	0,97	0,90	0,83	0,92	0,95	0,95	0,97	0,97	0,97
Masculino	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,81	0,93	0,96	0,96	0,97	0,97	0,97
Feminino	0,93	0,95	0,96	0,96	0,88	0,73	0,90	0,93	0,93	0,95	0,96	0,96
14 a 24 anos	0,95	0,97	0,98	0,97	0,92	0,80	0,94	0,96	0,97	0,97	0,98	0,98
25 a 39 anos	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97
40 a 59 anos	0,93	0,96	0,96	0,96	0,90	0,77	0,91	0,94	0,94	0,96	0,97	0,97
60 anos ou mais	0,93	0,95	0,96	0,95	0,89	0,68	0,88	0,92	0,92	0,94	0,95	0,96
Não chefe família	0,94	0,96	0,97	0,96	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97
Chefe família	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,78	0,91	0,94	0,94	0,96	0,96	0,97
Fundamental incompleto	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,79	0,92	0,95	0,95	0,96	0,96	0,96
Fundamental completo	0,95	0,96	0,97	0,97	0,91	0,78	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97
Médio incompleto	0,95	0,96	0,97	0,97	0,92	0,79	0,93	0,96	0,95	0,96	0,97	0,97
Médio completo	0,95	0,96	0,97	0,96	0,91	0,77	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97
Superior	0,92	0,96	0,96	0,95	0,88	0,78	0,92	0,94	0,94	0,97	0,97	0,97
Não região metropolitana	0,94	0,96	0,96	0,96	0,90	0,80	0,92	0,95	0,95	0,96	0,97	0,97
Região metropolitana	0,94	0,96	0,97	0,96	0,90	0,75	0,91	0,95	0,94	0,96	0,97	0,97

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.4

PNAD Contínua: Motivo do afastamento do trabalho (2019-2021)

(Em %)

	2019				2020				2021			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Férias, folga ou jornada de trabalho variável	63,33	31,83	45,11	50,18	43,24	8,05	8,37	16,18	25,97	14,19	22,94	26,66
Licença maternidade ou paternidade	6,39	13,24	11,69	10,3	3,76	2,28	4,85	6,78	6,63	9,11	12,13	13,43
Licença remunerada por motivo de saúde	15,6	30,04	24,81	22,88	9,97	4,96	10,39	16,16	16,66	24,05	28,57	29,63
Outro tipo de licença remunerada	1,17	1,63	1,74	1,67	3,86	8,98	9,78	7,49	4,96	4,42	2,93	2,34
Afastamento do próprio negócio	6,27	11,74	8,93	7	4,25	3,82	5,93	8,7	8,48	12,01	11,89	11,7
Fatores ocasionais	2,5	4,44	2,35	2,48	7,88	6,79	3,52	3,54	2,85	3,82	3,61	3,34
Outro motivo	4,74	7,08	5,38	5,5	27,04	65,11	57,15	41,16	34,45	32,4	17,93	12,89

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Anexo

O quadro 1 descreve as faixas de renda utilizadas para a construção do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, que foram definidas de acordo com a renda domiciliar mensal, expressas a preços de janeiro de 2009, período de referência da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. As duas primeiras faixas de renda captam domicílios de baixa renda. As três faixas seguintes captam domicílios de média-baixa, média e média-alta renda. A última faixa contém os domicílios de alta renda. Esses valores são atualizados através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e com isso se obtém as faixas de renda domiciliar que são utilizadas na PNAD Contínua. A tabela 1 apresenta também as faixas de renda a preços de fevereiro de 2020, período de referência do último trimestre disponível da PNAD Contínua.

O quadro 2 mostra a distribuição de domicílios entre as faixas de renda para os primeiros trimestres de 2018, 2019 e 2020, além do quarto trimestre de 2019. Destaca-se, na comparação com o último trimestre do ano anterior, um aumento dos domicílios que declararam não possuir renda do trabalho com queda dos domicílios de renda muito baixa e o aumento dos domicílios de renda do trabalho baixa com a queda da proporção de domicílios de renda média-baixa.

QUADRO 1

Faixas de renda mensal domiciliar

Faixa de renda	Renda domiciliar (R\$ jan/2009)	Renda domiciliar (R\$ mai/2020)
1 - Renda muito baixa	menor que R\$ 900	menor que R\$ 1650,50
2 - Renda baixa	entre R\$ 900 e R\$ 1350	entre R\$ 1650,50 e R\$ 2471,09
3 - Renda média-baixa	entre R\$ 1350 e R\$ 2250	entre R\$ 2471,09 e R\$ 4127,41
4 - Renda média	entre R\$ 2250 e R\$ 4500	entre R\$ 4127,41 e R\$ 8254,83
5 - Renda média-alta	entre R\$ 4500 e R\$ 9000	entre R\$ 8254,83 e R\$ 16509,66
6 - Renda alta	maior que R\$ 9000	maior que R\$ 16509,66

Elaboração do autor.

QUADRO 2

Domicílios por faixas de renda (do trabalho)

(Em %)

Faixa de renda	1º Trím. 2018	1º Trím. 2019	4º Trím. 2019	1º Trím. 2020
0 - Sem renda do trabalho	19,07	22,71	22,16	23,48
1 - Renda muito baixa	28,41	29,82	29,19	28,51
2 - Renda baixa	12,40	11,58	11,61	13,05
3 - Renda média-baixa	18,66	17,08	17,25	15,76
4 - Renda média	14,02	12,22	12,82	12,34
5 - Renda média-alta	5,24	4,54	4,80	4,67
6 - Renda alta	2,01	2,05	2,16	2,19

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Fábio Servo
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Antônio Carlos Simões Florido
Cristiano da Costa Silva
Felipe Moraes Cornelio
Paulo Mansur Levy
Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Caio Rodrigues Gomes Leite
Diego Ferreira
Felipe dos Santos Martins
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
